

# **Programas de transferência de renda e trabalho não pago das mulheres**

Grupo de Trabajo N°11. Género, desigualdad y ciudadanía

Maria Carloto Cassia

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é realizar algumas reflexões sobre o trabalho não pago das mulheres, beneficiárias de programas de transferência de renda condicionada, desenvolvidos na esfera dos cuidados domésticos e familiares. Esse trabalho tem sido uma importante estratégia para o cumprimento das condicionalidades desses programas, sobrecarregando as mulheres e em muitos casos impedindo a busca por autonomia econômica. Para isso nos utilizamos de parte dos dados coletados na pesquisa - O Programa Bolsa Família-PBF e a construção de indicadores de avaliação de autonomia na perspectiva de gênero- desenvolvida entre os anos de 2010 e 2012. Os dados foram coletados a partir de: aplicação de questionários e grupos focais realizados no município de Londrina-Paraná-Brasil.

## **Texto de apresentação**

Tradicionalmente temos tratado dos cuidados exercidos pelas mulheres no ambiente intra-familiar como sendo da esfera reprodutiva, como aquele trabalho necessário à reprodução da força de trabalho no âmbito principalmente do trabalho assalariado.

Como mostra Aguirre (2009), quando se desagregam as atividades que as mulheres realizam para a família, pode-se ver que implicância essas atividades apresentam para as relações de gênero, especialmente o direito das mulheres ao trabalho em condições de igualdade. Mas, como destaca Batthyany (2009), apesar de existir traços comuns a todas as mulheres que têm responsabilidades familiares e de cuidados, estas não são um grupo homogêneo, o grau de responsabilidades depende da classe social, da idade, do estado civil e do lugar de residência.

Batthyany (2009) chama a atenção para o fato de o déficit de cuidados ser maior nas famílias cujas mães trabalhadoras – casadas ou solteiras – não recebem ajuda suficiente de seus pares ou familiares. A nosso ver, isso se agudiza frente à ausência de políticas públicas principalmente no cuidados das crianças, idosos e doentes.

Nos marcos do debate sobre trabalho produtivo e reprodutivo, a aparente dualidade ou divisão da sociedade em duas esferas, uma pública e outra doméstica, marca uma rígida dualidade, segundo a qual “somente o mundo público desfruta de reconhecimento social; a atividade ou participação denominada esfera privada, destinada socialmente às mulheres, fica relegada ao limbo do invisível, o que lhe nega toda possibilidade de valorização social” (CARRASCO, 2003:17).

As atividades não valorizadas, para Carrasco (idem), incorporam uma forte carga subjetiva e são as que estão comprometidas com a sustentabilidade da vida humana. São tarefas que dão apoio não só às pessoas dependentes por motivos de idade e saúde, mas também à grande maioria dos homens adultos. São atividades indispensáveis para a estabilidade física e emocional dos membros do lar, além dos benefícios econômicos.

Elas incluem a alimentação, o afeto e, por vezes aspectos pouco agradáveis, repetitivos e esgotadores, mas absolutamente necessário para o bem-estar das pessoas. Implicam atividades complexas de gestão e organização, necessárias para o funcionamento diário do lar e de seus moradores... A magnitude e a responsabilidade dessa atividade faz pensar na existência de uma “mão invisível” muito mais poderosa que a de Adam Smith,

que regula a vida cotidiana e permite a continuidade do funcionamento do mundo (CARRASCO, 2003:17).

Carrasco (idem) também aborda a questão do tempo gasto pelas mulheres nas atividades não mercadorizáveis, ou trabalho de cuidados domésticos familiares. Chama a atenção para uma característica desse trabalho que é não ser linear, pois segue o ciclo da vida, intensificando-se quando se trata de cuidar de pessoas dependentes: crianças, pessoas idosas ou doentes. Outra característica lembrada pela autora é que os tempos de cuidados diretos são mais rígidos no sentido de que não podem ser agrupados e muitos deles exigem horários e jornadas bastante fixos e, em consequência, apresentam maiores dificuldades de combinação com outras atividades. É só lembrarmos-nos dos horários das unidades básicas de saúde, da escola das crianças que temos uma ilustração concreta das dificuldades das mulheres que trabalham fora do lar.

O trabalho doméstico assim como as atividades de cuidado podem incluir atividades de ajuda a outros familiares e não parentes que não moram no domicílio e que constituem redes de intercâmbio e solidariedade entre os membros das famílias e entre estas e outros integrantes da vizinhança.

Como verificamos em nossa pesquisa, há um enorme déficit por parte do Estado no apoio e socialização dos cuidados, particularmente queremos destacar o que se refere ao cuidado das crianças.

Iniciamos nossas considerações apontando os resultados relativos ao acesso à educação infantil das crianças, filhos e filhas das titulares entrevistadas. A tabela 5 apresenta o índice de acesso.

As mulheres londrinenses indicam com mais frequência a “falta de vaga” como explicação para a ausência da(s) criança(s) dos serviços de educação infantil.

Das respostas com crianças sem atendimento em instituição de educação infantil, referem-se a falta de vaga 62,5% das entrevistadas. Aparece uma quantidade significativa de respostas que indicam a não procura pelo serviço de educação infantil, assim como a preferência das mulheres por cuidarem diretamente das crianças.

A ausência de creches e escolas em período integral é um dos argumentos relatados para a dificuldade de participarem de cursos técnicos e de conclusão do ensino fundamental e médio. Segundo Lavinias (2010, p.11), a oferta insuficiente de creches é um grande impeditivo de participação das mulheres mais pobres no mercado de trabalho. Em pesquisa realizada pela autora, as mulheres concordam que devem trabalhar só meio período para poder cuidar da casa. De acordo com a autora (idem), “a acomodação entre trabalho remunerado e tarefas domésticas ainda se faz no plano privado e individual, não com políticas públicas, mas a partir de uma inserção parcial das mulheres pobres no mercado de trabalho”.

Outros motivos citados para a ausência das crianças das instituições de educação infantil foram: criança que tem os pais como cuidadores, gosta de ficar com a criança, tem medo de deixar a filha em creches, não está trabalhando e não acha justo tirar a vaga de quem trabalha e filhos com problemas de saúde. Pela proporção de mulheres que não revelam terem demandado os serviços de educação infantil, podemos inferir que essas beneficiárias não vêem os Centros de Educação Infantil (CEIs) como um espaço de socialização dos cuidados em que se pode confiar, como também não os vê como direito das crianças. Por outro lado, a gestão dos serviços de educação infantil geralmente contribui para reforçar a idéia de que creche é para mães que trabalham, estabelecendo assim um círculo vicioso que não propicia condições para que as mulheres possam trabalhar, à medida que só pode por criança na creche quem trabalha, mas como procurar emprego se não se tem acesso a serviços de atenção às crianças. Ao mesmo tempo, essa concepção é funcional em uma realidade na qual não há equipamentos suficientes, nem priorização política para investir na educação infantil.

Há um duplo aspecto nessa questão, uma de ordem cultural e outra de ordem econômica que se complementam; por um lado prevalece a idéia de que são as mulheres que devem cuidar dos filhos pequenos e por outro lado, apoiados nessa concepção utiliza-se o argumento da falta de recursos

financeiros como motivo para não se investir em políticas públicas voltadas às classe populares, que não têm como acessar os equipamentos privados/particulares.

Araújo (2005, p. 50) comenta, a partir de uma pesquisa sobre gênero, família e trabalho, que ainda predomina entre as mulheres, e podemos dizer também entre os profissionais que trabalham na educação infantil, uma atitude marcadamente tradicional em relação ao cuidado, centrada na responsabilidade feminina. A autora constata em sua pesquisa que ainda predomina a ideia de que “a melhor situação para uma criança de até dois anos é ficar em casa com a mãe. Nesse sentido, é possível falar na permanência de uma forte associação entre o afeto materno e cuidado direto. Ser boa mãe, é antes de tudo, cuidar dos filhos”.

As respostas apontam também para a qualidade dos serviços voltados às classes populares, à medida que as entrevistadas de nossa pesquisa não confiam nestes. Outro elemento de destaque, relatado por duas participantes de um grupo focal, relaciona-se aos cuidados de crianças com necessidades especiais. Não há equipamentos ou serviços especializados para essas crianças. Neste caso também há necessidade de serviços que possam facilitar o trabalho que as mães têm de locomoção e transporte dessas crianças. As mulheres com filhos com algum tipo de deficiência física ou mental, gastam um tempo enorme para levar e buscar os filhos, quando conseguem atendimento especializado, principalmente nas grandes cidades, pois além de insuficientes os serviços ficam muito longe do lugar de moradia, como relata uma das participantes do grupo focal.

Entre as mulheres entrevistadas, em Londrina, com crianças em idade de educação infantil e sem matrícula em um serviço desta natureza, mais de 80% são elas as próprias responsáveis pelo cuidado diário das crianças. Nos demais casos, outras mulheres da rede de parentesco são mobilizadas para esse cuidado.

Também tomamos conhecimento de casos, durante a pesquisa de campo, de mulheres beneficiárias do PBF que assumem o cuidado dos filhos de alguma vizinha, em troca de um determinado valor. Diferentemente do que ocorre com essa prestação de serviço em outras classes sociais, entre as mulheres pobres geralmente a cuidadora fica em sua própria casa e ali se dedica à criança ao longo do dia.

A sobrecarga com esses cuidados é agravada também pela falta de apoio dos pais das crianças, tanto financeiramente quanto na divisão dos cuidados diários. Pudemos verificar a predominância, entre os tipos de grupo doméstico, de beneficiárias com filhos/as sem companheiro/marido.

O fato de o PBF privilegiar a titularidade feminina e condicionar o recebimento do benefício à presença das crianças na escola, além da atenção básica à saúde, aumenta a responsabilidade das mulheres com os filhos. Podemos observar que em Londrina 37,3% das mulheres responderam que sim ao aumento de responsabilidade após a inclusão no programa. Para verificar se há um aumento de responsabilidades relativas à esfera intra-familiar, após a inclusão no Programa, perguntamos às respondentes quais são as responsabilidades e/ou obrigações que elas sentem em razão da adesão ao Programa. Esta pergunta foi respondida apenas pelas mulheres que declaram “sim” para a pergunta sobre aumento de responsabilidades.

O aumento de responsabilidades está diretamente relacionado aos cuidados com as crianças, com destaque para o acompanhamento escolar. É promissor, futuramente, analisarmos os dados destas perguntas vinculadas ao aumento ou não de responsabilidades, cruzando-os com o dado sobre ter ou não crianças em idade escolar. Considerando o rol de respostas na tabela 8, deduzimos que muitas das entrevistadas que declaram não enfrentar um aumento de responsabilidades diante do ingresso no PBF, sejam mulheres que vivem em grupos domésticos sem crianças.

A ênfase das entrevistadas quanto ao acompanhamento escolar deve-se ao fato de que o monitoramento do Programa sobre esta condicionalidade está sendo executado com mais eficiência, enquanto o acompanhamento do cumprimento das exigências relacionadas à saúde é mais recente. Com pequenas variações, no geral as responsabilidades identificadas pelas entrevistadas dizem respeito às

exigências do Programa: educação, saúde, atendimento das necessidades básicas das crianças e preocupação com o futuro das mesmas.

O sentimento de maior responsabilidade está relacionado à obrigação que a mulher passa a ter em manter os filhos na escola para receber o benefício. Manter os filhos na escola significa muitas vezes um uso do tempo demasiado grande para levar e buscar em locais que distantes da moradia. Essa preocupação em acompanhar é motivada não só por questões de segurança pessoal da criança, mas também para garantir que essa vá e permaneça na escola.

Uma dificuldade relatada, no caso das crianças maiores, refere-se a conflitos no ambiente escolar, o que por vezes provoca a expulsão do/a aluno/a. Há muitos relatos de situações nas quais esse/a aluno/a fica estigmatizado não sendo aceito por nenhuma outra escola da região.

Outra questão remete ao acompanhamento escolar. Como constatamos, as mulheres, que em sua grande maioria mal concluíram o ensino fundamental, não têm condições de ajudar os filhos nas tarefas escolares. Esse problema seria perfeitamente resolvido com escolas em período integral, na qual a criança teria todo o apoio pedagógico necessário para resolver os assuntos escolares.

A condicionalidade referente à saúde, também não é tão simples de ser atendida. Mais uma vez, conta-se com o tempo das mulheres, para as idas e vindas e esperas aos serviços de saúde, além da necessidade de adequação aos horários de funcionamento desses serviços, que não atendem, na maioria dos casos, fora do horário comercial. Novamente constata-se como as políticas públicas de claro viés familista organizam sua rotina pressupondo uma “boa mãe” com total disponibilidade de tempo, e que sacrifica tudo em nome dos filhos. Segundo Enriquez (2007)<sup>1</sup> os programas de transferência de renda na América Latina são altamente feminizados, focalizados nas mulheres pobres, há um enfoque maternalista que impõem comportamentos às mães, as condicionalidades. Esses programas recuperam a relação da mulher com estado, na perspectiva de determinar o que mãe pode fazer, centrando a vida das mulheres.

Para Bila Sorj (2007)<sup>2</sup>, o novo modelo de política social no Brasil e na América Latina faz renascer um maternalismo, se afastando da proposta da igualdade de gênero e colocando-as como operadoras dos programas. As mulheres são mobilizadas a partir da família. Nesta elas desaparecem e se tornam intermediárias entre o Estado e a família. Há um discurso conservado que apela para o altruísmo materno, para o papel de moralizadoras da família.

O acesso à educação e ao trabalho é condição fundamental para possibilidades de ampliação da autonomia das mulheres, mas a responsabilidade com os cuidados das crianças, sem nenhum apoio da esfera pública e privada, obstaculizam esse acesso. Pudemos repetidamente comprovar isso quando indagamos as entrevistadas sobre os principais motivos para não estudarem complementarem os estudos, já que cerca de 40% delas tinha estudado apenas até a quarta série do ensino fundamental.

Podemos verificar que o cuidado das crianças é o principal obstáculo para as realizarem trabalho remunerado. O mesmo tipo de resposta foi encontrado quando tratamos sobre os obstáculos para o retorno aos estudos.

Outro fator muito reiterado nas falas é o impedimento e medo do marido relacionado à violência doméstica; vejamos as das participantes no grupo focal:

“... medo do marido, tem mulher que tem marido violento, às vezes não deixa a gente fazer coisas, é violento em casa, violento com os filhos da gente, vive maltratando, ameaçando, você não pode fazer nada por causa da ameaça deles; então tem muitas mulheres que não faz coisas por ameaça”.(p1)

“as mulheres têm autonomia para lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos. Acho que é a única coisa que eu tenho liberdade, mal comecei a trabalhar, tive

<sup>1</sup> Fala apresentada no Seminário Internacional Feminismo, Economia e Política- SOF 2012

<sup>2</sup> Idem

que sair do serviço, o marido mandou sair, aí a outra liberdade é lavar as cuecas dele, fazer a comida e cuidar da casa, só isso”.(p2)

As falas que se seguiram a este comentário reiteram um sentimento de servidão e de clausura domiciliar.

“Liberdade para esquentar a barriga no fogão”(p3)

“Escrava do lar, escrava do marido, escrava de tudo”(p4)

Ao mesmo tempo, comentam que muitas mulheres têm enfrentado os maridos e se separado:

“... tem mulheres que mesmo o marido ameaçando, elas vão em frente, elas vêm à busca, elas metem a boca, separa, cuida dos filhos, porque hoje em dia o que mais têm é mulher separada do marido que cuida dos filhos”. (p.5)

Aparecem falas contraditórias sobre a relação com o poder de mando do marido nos seguintes termos: “não faço porque não quero” – como se fosse uma escolha da mulher. Podemos interpretar que há uma preocupação em não passar uma imagem de mulher que se submete e obedece aos mandos do marido, que há um conflito interno ao qual se busca racionalizar de forma a mostrar que se está no comando, que há um poder de decisão baseado numa escolha pessoal.

### **As condicionalidades e o uso do tempo como indicador de autonomia**

No debate sobre o papel das mulheres no cumprimento às condicionalidades do PBF, cabe destacar o uso do tempo gasto para isso. Quanto tempo as titulares gastam administrando o acesso à educação e a saúde das crianças? O aumento das responsabilidades relativo às condicionalidades não aumentam o tempo gasto com o trabalho familiar doméstico, aumentando assim as dificuldades de desenvolvimento de autonomia pessoal e econômica e empoderamento? Devemos considerar no debate dessas questões, que o tempo dedicado ao trabalho dos cuidados e doméstico não é um tempo livre, mas que apresenta uma rigidez como o trabalho para o mercado, não só porque crianças, principalmente, devem ser cuidados em horários estabelecidos, como por exemplo, o horário das refeições, como também esse trabalho depende dos horários das instituições escolares, de saúde, comércios, transporte entre outros.

O uso do tempo nas atividades que envolvem os cuidados domésticos familiares é um bom indicador para aferir autonomia e empoderamento das mulheres titulares de programas de transferência de renda.

### **Trabalho e não trabalho e o uso do tempo**

Retomando o debate sobre o indicador uso do tempo, Aguirre (2009) comenta que no tempo que se dedica ao trabalho doméstico familiar e doméstico se manifestam desigualdades sociais e diferenças entre homens e mulheres. Por meio desse indicador podem-se capturar realidades que são visíveis com os instrumentos convencionais de medição. Seu estudo contribui para visualizar a divisão sexual do trabalho nas famílias, fator chave para entender as limitações que as mulheres têm para o efetivo exercício de seus direitos sociais, econômicos e políticos. As reflexões sobre o uso do tempo nas atividades da esfera doméstica familiar tratam da tradicional dicotomia trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

Desde o século passado pesquisadoras feministas e, não só, têm produzido vasto material para a produção de um conhecimento que trata como trabalho, as atividades e ações da chamada esfera

reprodutiva. São atividades e ações no âmbito familiar relacionadas à produção humana que se situam na esfera dos cuidados e, que tem importância central para a economia capitalista.

Uma das consequências da separação público e privado é a ausência do Estado, como aponta Aguirre (2009 p. 41) com respeito à provisão dos serviços de bem estar. “A consideração normativa de uma família não regulada conduz a considerar irrelevante o que ocorre na esfera privada e negar a importância do trabalho familiar do qual depende o exercício público da cidadania”. A construção ideológica da separação do público e do privado contribui para invisibilizar a dependência dos homens dos trabalhos domésticos realizados pelas mulheres. Poderíamos acrescentar também a dependência dos programas de transferência de renda do trabalho não remunerado das mulheres para sua eficácia e eficiência, principalmente no bom uso dos recursos destinados às famílias.

Termos como produção do viver, produção humana, produção antropológica têm sido desenvolvidos numa tentativa de articular um campo teórico que desconstrua a falsa dicotomia produção e reprodução e demonstre a indivisibilidade e co-extensividade dessas dimensões que estruturam o desenvolvimento capitalista. Como aporte teórico, as principais categorias têm remetido à divisão sexual do trabalho, ao patriarcado, às relações de gênero que se articulam a classe e etnia na compreensão de relações sociais estruturadas como de dominação e exploração.

Como forma de tratar teoricamente e empiricamente as atividades desenvolvidas no âmbito doméstico familiar, na tentativa de superar a dicotomia produção e reprodução e dar e conferir um estatuto de trabalho a essas atividades, pesquisadoras como Aguirre (2009) e Beneria (1999) tem introduzido a concepção de trabalho remunerado e trabalho não remunerado para dar conta da complexidade neste campo.

Há razões de ordem prática e conceituais para utilizar a distinção trabalho remunerado e trabalho não remunerado no lugar de trabalho produtivo e reprodutivo como argumenta Beneria (idem). Uma parte crescente do trabalho reprodutivo se transforma em trabalho remunerado quando as sociedades se mercantilizam e por outro lado o trabalho doméstico tem componentes que não podem ser considerados como estritamente reprodutivos, ainda que sejam atividades que contribuem para a reprodução da força de trabalho, como o caso dos lares sem crianças. Destaca também que o conceito de trabalho remunerado permite incluir atividades que em sentido estrito não são reprodutivas, como o trabalho de reparações da casa e o trabalho comunitário.

Os estudos econômicos, sociológicos e jurídicos se referem principalmente ao trabalho remunerado, usando muitas vezes de forma indistinta as noções de trabalho e emprego. Assim muitas vezes se diz que alguém não tem trabalho, quando na verdade não tem emprego. Nesse sentido o trabalho doméstico familiar não é reconhecido socialmente, pois não se enquadra na concepção de “emprego” para o qual se recebe um salário.

A identificação tradicional entre trabalho e emprego assalariado, começa a ser questionado, pois não consegue dar conta da grande diversidade de formas de trabalho mercantis e não mercantis. Como estratégia teórico metodológica para lidar com o “trabalho não remunerado”, tem-se desenvolvidos reflexões e pesquisas que abordam a quantificação do trabalho não remunerado buscando recompor o objeto trabalho e redefinindo-o por suas duas dimensões: a laboral e a doméstica (Aguirre, 2009, p.14).

Neste âmbito de pesquisas, a categoria tempo tem sido desenvolvida para dar conta da integração entre trabalho remunerado e não remunerado, pois facilitam a visualização das atividades que integram o trabalho doméstico familiar e o cálculo do volume da carga total de trabalho, permitindo desagregar uma grande quantidade de atividades.

A ideia central, conforme Aguirre (2009 p.29), é que para o trabalho ser valorizado em todas as suas formas, deve-se contar com registros de atividade que dêem conta de sua existência, o que não tem acontecido, pois parte importante dos estudos econômicos que seguem centrados no trabalho para o mercado. O trabalho não remunerado familiar, quando considerado, é analisado de forma separada.

Uma investigação de Ramón Ramos Torres (2007), sobre o emprego do tempo dedicado ao trabalho doméstico e cuidado das crianças, mostra como este está fortemente moralizado, imbuído da ideia de bom e mal dever, concluindo que o tempo também é recurso moral. O autor discutindo as variantes do tempo como recurso, cita o tempo doado como aquele que é oferecido ao outro por considerações morais e afetiva, associado ao tempo da mãe, tempo dedicado ao trabalho doméstico e aos cuidados, que tem uma marca de gênero porque é realizado fundamentalmente pelas mulheres.

O tempo doado tem a ver com as expectativas de reciprocidade de quem recebe os cuidados, podendo aparecer tensões no circuito de reciprocidade. O autor comenta também a associação desse tempo com um sacrifício quase místico que reconhece duas versões, uma vinculada a um sacrifício inerente a maternidade sem receber nem esperar nada e outra como sacrifício que recebe e outro vinculado ao não querer perder nada do processo de crescimento dos filhos.

Os processos de empobrecimento das mulheres estão estreitamente relacionados à dedicação às atividades não remuneradas e a escassez de tempo. Nesse sentido, conforme Aguirre (2009 p.33) se propõem a exploração das potencialidades de medição da divisão das atividades nos lares o uso diferencial do tempo com essas atividades, que permitam desenvolver uma linha de investigação capaz de captar melhor a dinâmica da reprodução da pobreza de dos sistemas de gênero.

Administrar o cumprimento das condicionalidades do programa também pode aumentar o uso do tempo com cuidados e trabalho doméstico familiar, desde o tempo despendido em garantir a presença e a permanência na escola; o tempo despendido no acesso aos equipamentos de saúde; cujos horários pressupõem uma mulher mãe-dona de casa disponível no chamado horário comercial e em que tudo funciona perfeitamente. Deve-se levar em conta também o tempo despendido nas atividades que envolvem a operacionalização do programa.

Temos também que retomar a proposta e o debate sobre programas de transferência de renda universais e incondicionais. As condicionalidades quando não cumpridas, penalizam mães e filhos. As primeiras são geralmente responsabilizadas e culpabilizadas, no senso comum, pelo fracasso dos filhos. As crianças que se quer atingir com os programas de combate à pobreza para romper com o ciclo geracional também são penalizadas, à medida que o benefício é cortado. Sorj (2007)<sup>3</sup>, comenta que a imposição de condicionalidades pode acarretar um modelo de cidadania no qual ninguém tem direito porque é, por existir, mas sim porque merece, por mérito. As famílias merecem ter se cumprem as condicionalidades, devem mostrar que fazem sua parte para sair da pobreza.

Consideramos, por fim, que o sistema de avaliação e monitoramento do Programa Bolsa Família deveria considerar como um indicador, o uso do tempo das mulheres titulares para administrar o cumprimento das condicionalidades. Seria um importante indicador para aferir o aumento do trabalho doméstico e de cuidado, considerado não trabalho, e para aferir como o uso deste tempo pode dificultar a inserção das mulheres no trabalho remunerado, condição que obstaculiza a autonomia econômica.

Os programas e projetos sociais com claro viés familista pouco contribuem para a superação da desigualdade social das mulheres. Ao mesmo tempo reforçam o que Saraceno (1995 pg. 226) denominou como paradoxo da dependência feminina, que consiste no fato de que as mulheres “dependentes” são tais porque outros dependem dela, aqui incluídos tanto a esfera privada da família (maridos, crianças, idosos, doentes, vizinhos entre outros) como uma esfera política e econômica por meio da instrumentalização de seus papéis na esfera dos cuidados para o bom desempenho de programas como, por exemplo, o Programa Bolsa Família.

Como afirma Saraceno (1995 pg. 227) “cidadãs incompletas” do ponto de vista dos direitos sociais e da própria possibilidade de acesso e ação na cidadania política correm o risco de parecer cidadãs inadequadas e más, quando por motivos objetivos e subjetivos, não têm condições de cobrir as

---

<sup>3</sup> Ver SOF

necessidades que lhes são confiadas, não porque são cidadãs, mas porque são mulheres dentro da família e da comunidade.

### **Bibliografía**

AGUIRRE, Rosário. Uso Del tiempo y desigualdades de gênero en el trabajo no remunerado. In: Aguirre, Rosario (editora) *Las bases invisibles del bienestar social- El trabajo no remunerado em Uruguay*. Uruguay, UNIFEM, Doble clic Editoras marzo 2009. p.23-81.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e mulheres sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org), *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.p.15-77

BATTHYÁNY, KARINA. Cuidado de personas dependientes y gênero. In: Aguirre, Rosario (editora) *Las bases invisibles del bienestar social- El trabajo no remunerado em Uruguay*. Uruguay, UNIFEM, Doble clic Editoras marzo 2009. p.87-121.

BENERIA, Lourdes. El debate inconcluso sobre el trabajo remunerado. *Revista Internacional del Trabajo*, vol.118, n.3, 1999.

CARRASCO, Cristina. Estatísticas Sob Suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. Tradução Valenzuela Perez. São Paulo, SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012.

LAVINAS, Lena; COBO, Bárbara. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero. Trabalho apresentado no 13º BIEN- 29 de junho a 01 de julho. Faculdade de Economia e Administração da USP-FEA, 2010.

RAMOS TORRES, Ramón. Metáforas sociales Del tiempo en España: una investigación empírica. Em Carlos Prieto Rodriguez (coord.), *Trabajo, género y tiempo social*. Hacer Editorial Complutense, Madrid.

SARACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa Ltda., 1997.